

# A desigualdade desencalhou?



MARCELO  
CORTES  
NERI

**A** lentidão na implementação de reformas econômicas valeu ao Brasil o apelido de país-baleia, em contraposição à agilidade institucional dos chamados tigres asiáticos. Se, pelo tamanho e inércia, o Brasil pode ser comparado a uma baleia, no campo da desigualdade social o Brasil seria uma baleia encalhada.

A nossa desigualdade de renda tem se mantido alta e estável, desde que é medida. No intervalo compreendido entre os Censos de 1960 a 2000, as medidas estatísticas sociais publicadas nos colocam no pódio mundial da desigualdade. Por outro lado, as últimas edições da PNAD do IBGE apontam uma redução da desigualdade. Será que a iniquidade inercial brasileira está finalmente desencalhando?

Começamos com um retrato da população brasileira segmentado em três estratos de renda per capita: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda (mais precisamente, 45,7%); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (13,5%); e os 40% intermediários, cuja parcela na população não que se apropria de quase me-

ção e na renda praticamente coincide (40,8%), uma espécie de classe média no sentido estatístico.

Se olharmos as flutuações econômicas recentes dessas fatias no bolo distributivo, verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-96) e o de crises externas (1997-2001) apresentam, tanto para o bem como para o mal, mudanças relativas pouco pronunciadas.

Já no último período (2001-2003) observamos um movimento de redução da desigualdade. Começando pelo topo da distribuição, a parcela dos 1% mais ricos cai de 13,7% para 12,8%, dado inédito nos últimos dez anos. A parcela apropriada pelos 5% mais ricos cai neste período de 33,7% para 32,4%. Já a fatia dos 10% mais ricos cai de 47,3% para 45,7%.

Se os ricos perderam fatia no bolo, quem ganhou? Os 40% intermediários passaram de 40,4% para 40,8%. Na base da distribuição, a parcela dos 50% mais pobres sobe de 12,4% para 13,5%. Vale a pena verificar a robustez dessa queda da desigualdade. Será que ela é válida para um conjunto mais amplo de indicadores? A comparação da parcela da renda acumulada por cada pedaço da centésimo de distribuição ilustra que o resultado é geral: a distribuição de renda per capita de 2003 é mais igualitária que a de 2001.

Tomemos agora a medida de desigualdade mais usual entre os analistas:

o índice de Gini, que varia entre zero e um. Numa situação utópica, onde a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,585 correspondente ao nosso Gini de 2003, não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, essa mesma desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de redistribuição de renda ou de ativos geradores de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre, mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29), não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro políticas contra a desigualdade constituem importante aliado no combate à pobreza.

O índice de Gini de 2001 era 0,591. Em 2003, caiu para 0,585. Isso é redução da desigualdade, mas o que significa em termos de redução de miséria? Como a publicação da PNAD guarda uma natural defasagem, demonstramos isso traçando cenários do final de 2004. A proporção de miseráveis no Brasil cairá dos 27,26%, de 2003, para 26,56%, em 2004, uma queda de 2,6%,

se a renda per capita nacional crescer 3% ao ano entre 2003 e 2004, o que corresponde ao ritmo de crescimento atual do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 4,5% e 5% ao ano previsto.

Isso significa que milhões de brasileiros atravessarão a linha da miséria neste ano, se o país transformar a sua atual trajetória de expansão num processo de crescimento sustentado, o que não se vê no país desde a época do chamado milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se todo esse crescimento viesse de mãos dadas com

## Se o tamanho e a inércia na promoção de reformas valerem ao Brasil o apelido de país-baleia, no campo da desigualdade seríamos uma baleia encalhada

alguma redução da desigualdade.

Se a expansão econômica fosse combinada com uma queda de 0,011 ponto de porcentagem do índice de Gini, o que corresponde à queda observada entre 2001 e 2003, a miséria brasileira cairia cerca de 8,61% — ao invés de 2,60%. Vale assinalar que a queda mencionada apenas levaria a desigualdade brasileira, medida pelo índice de Gini, de 0,585 para 0,574, nível encontrado no Estado do Rio de Janeiro.

Podemos pensar em cenários de redução de desigualdade mais auspiciosos, como a convergência da desigualdade brasileira para o nível observado no Rio Grande do Sul (Gini de 0,535). Nesse caso, a miséria cairia 25,59%, ou seja, dez vezes mais que o cenário de crescimento balanceado de 3%. A causa fundamental da miséria brasileira é a má distribuição de renda e aí reside parte essencial de sua solução.

A redistribuição observada no período 2001-03, ao contrário de episódios após o lançamento de planos de estabilização como os Planos Cruzado, Verão e Real, não seria um efeito colateral involuntário, ou uma miragem estatística. Embora ainda modesta, ela é evento raro na nossa história, perpassando dois anos de governos distintos, cujos discursos e programas passaram a incorporar a necessidade distributiva.

Reduzir a desigualdade num contexto de boom econômico, como agora se apresenta, parece politicamente mais factível do que em épocas recessivas, quando perdas estão sendo repartidas, tal como no período 2001-03.

**Marcelo Cortes Neri**, chefe do Centro de Políticas Sociais do IUPERJ/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" "Retratos da Deficiência" e "Ensaio Sociais".  
E-mail: mcneri@fgv.br